

Anexo – Gênero e diversidade

Segundo o Censo Agro 2017¹, o Nordeste possui 2,3 milhões de produtores rurais. Destes, 72% se declaram pretos e pardos -- afrodescendente. Mulheres são apenas 23% os produtores rurais no Nordeste. Apenas 8,6% dos membros de associações e cooperativas agrícolas no Brasil são mulheres e apenas 5,3% de todas as mulheres produtoras no Brasil são filiadas a associações ou cooperativas.

Dados da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP)² apontam ainda que a renda obtida da produção é inferior para estabelecimentos dirigidos por mulheres e por famílias afrodescendentes denominadas quilombolas. Entre aqueles produtores de leite bovino, por exemplo, enquanto a média geral de renda é de aproximadamente 6.600 reais anuais, as produtoras mulheres obtêm em torno de 5.600 reais e os produtores quilombolas obtêm em torno 5.700 reais. No caso da produção de mel *in natura*, as mulheres faturam cerca de 2.100 reais e os quilombolas, cerca de 2.800 reais, ambos abaixo da média geral de aproximadamente 3 mil reais.

As desigualdades no perfil dos produtores se estendem também aos trabalhadores do setor agrícola, pecuário e de pesca. De acordo com a PNAD Contínua 2019³, os afrodescendentes correspondem a 80% dos trabalhadores destes setores no Nordeste. Os homens são 82% dos ocupados nesse setor. Em comparação, no total de ocupados dessa região, os afrodescendentes são 74% e os homens são 54%.

Assim como ocorre em outras regiões, a escolaridade dos trabalhadores do Nordeste neste setor é baixa, sendo mais baixa entre os afrodescendentes, que têm média de 4,6 anos de estudo contra 5,2 anos para os trabalhadores brancos. Mulheres negras têm média de 5,2 anos de estudo e brancas têm 5,4 anos. Na média regional de todos os setores, o trabalhador do Nordeste tem por volta de 9,5 anos de estudo, o que evidencia a maior vulnerabilidade daqueles que atuam no setor agropecuário e de pesca.

Um percentual de 43% entre os afrodescendentes e 47% entre os brancos trabalham por conta própria. Somente por volta de 10% deles contribui para a previdência social, o que os deixa em uma situação de maior precariedade e insegurança laboral. Há também diferenças na renda obtida por esses trabalhadores. A renda mensal média do trabalhador por conta própria afrodescendente é de 449 reais. Entre os brancos, essa média é de 608 reais, ou seja, 35% maior do que a dos trabalhadores negros. A mulher negra é a que tem a menor renda: apenas 256 reais mensais em média, enquanto o homem branco alcança a média de 636 reais, uma diferença de 148%. Vale destacar que mais mulheres nessa situação contribuem para a previdência social do que homens: são em torno de 15% as mulheres que trabalham por conta própria e contribuem para a previdência, percentual equivalente entre negras e brancas.

A Internet tem impulsionado um maior alcance a mercados para os produtores rurais. Durante a pandemia do COVID-19, o uso de aplicativos para a venda de produtos trouxe não apenas alívio aos produtores, como em alguns casos chegou a aumentar as vendas em até 80%⁴. Por outro

¹ IBGE, 2019. <https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/>

² Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, 2021

³ IBGE, 2019. Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios Contínua (PNAD Contínua)

⁴ <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/negocios/novas-formas-de-vender-a-producao-levam-agricultores-familiares-a-movimentar-r-300-mil-no-ceara-1.2985845>

lado, há grandes disparidades no acesso à Internet entre os trabalhadores e produtores agrícolas: 52% dos trabalhadores afrodescendentes desse setor possuem Internet, valor inferior aos brancos, que são 60% com acesso à rede. O aparelho celular é a principal ferramenta de acesso, sendo utilizada por 99% deles. O microcomputador é utilizado apenas por 12% dos trabalhadores negros e é utilizado por 21% dos trabalhadores brancos. A terceira forma mais utilizada para acessar a Internet é o aparelho de TV, utilizado por 8% dos trabalhadores negros e 12% dos brancos. Apenas 2% dos negros e 3% dos brancos utilizam tablets.

Lançando nosso olhar para os trabalhadores formais com carteira assinada, as desigualdades deste setor permanecem. De acordo com a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)⁵ de 2019, os pretos e pardos compõem 70% dos trabalhadores da agricultura, pesca e pecuária no Nordeste com vínculo formal. Os homens são 87%.

Os salários dos afrodescendentes são bem mais baixos: 84% deles recebe até dois salários-mínimos, proporção que fica em 78% entre brancos. A ocupação dos postos de maior hierarquia na empresa também é desigual: 3,6% dos trabalhadores brancos ocupam uma posição de direção ou gerência na empresa. Já entre os afrodescendentes, este percentual é de 1,6%. Na comparação entre homens e mulheres, elas se saem melhor neste quesito: 2,5% das mulheres ocupam cargos de direção e gerência contra apenas 1,9% dos homens.

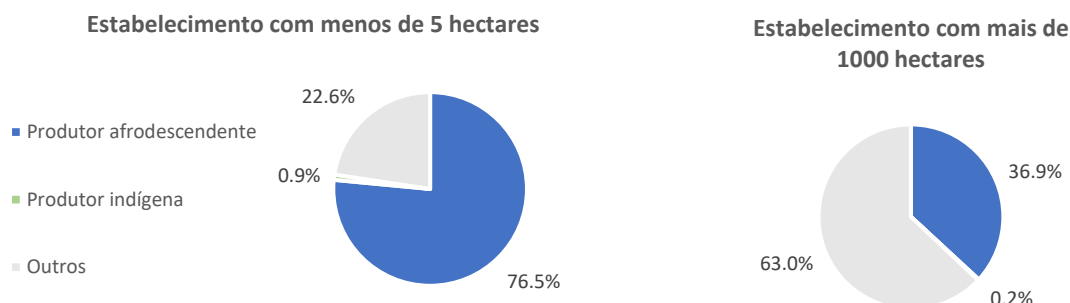
Especificamente sobre microempresas deste setor (aquelas que têm até 19 funcionários), o percentual de pretos e pardos é levemente menor que a média, são 66% dos trabalhadores. O percentual de homens é maior, 90%. Apesar do reduzido tamanho das empresas, as diferenças na ascensão hierárquica se mantêm. São 4,3% os trabalhadores brancos ocupando posição de gerência, contra apenas 2,2% entre pretos e pardos. As mulheres continuam sendo maioria: 4% são gerentes, comparado a 2,5% dos homens.

Titulação de terra

A falta de uma condição estável com relação à posse da terra é também um problema que afeta de maneira desigual produtores brancos e afrodescendentes. Quando observamos aqueles produtores que ocupam terras sem posse formal, que estão assentados aguardando titulação, que utilizam a terra sob concessão ou que não possuem uma área própria, estão nessa situação 12% dos produtores afrodescendentes, comparado a apenas 7% dos brancos.

Quando observamos as características dos estabelecimentos segundo raça/cor do seu titular, se identificam desigualdades consistentes que afetam a população afrodescendente. Os produtores afrodescendentes e indígenas têm estabelecimentos com menor área: 59% dos produtores afrodescendentes possuem uma área menor que 5 hectares. Já entre brancos, a maioria possui uma área com mais de 5 hectares. Dos estabelecimentos com mais de 1000 hectares, os produtores brancos são titulares de 63%. Já entre os de menos de 5 hectares, os afrodescendentes são titulares de 77%. Essas diferenças mostram que o pequeno produtor é, em sua maioria, afrodescendente, havendo por outro lado ampla maioria de brancos entre os maiores produtores.

⁵ Ministério da Economia, 2019.



Recomendações

Para contribuir a reduzir a brecha de renda das mulheres, 13% dos fundos que financiam os planos de negócios do componente 1 serão destinados exclusivamente a associações e cooperativas de mulheres. Esse percentual foi definido com base na experiência do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), principal programa de crédito rural do Brasil, cujo financiamento às mulheres se dá basicamente por meio de empréstimos individuais. A baixa presença de associações e cooperativas de mulheres também foi considerada na definição da meta.

Esse direcionamento se dará por meio da priorização de associações e cooperativas de mulheres em atividades agrícolas com alta participação feminina, como a apicultura e leite. Essa segmentação também inclui a identificação de algumas associações e cooperativas piloto com potencial para entrar em atividades nas quais a participação das mulheres tem sido historicamente baixa (como carcinicultura).

Adicionalmente, será aplicada uma preferência no processo de priorização das propostas de planos de negócios, utilizando os seguintes critérios:

- Inclui pelo menos 30% de mulheres
- Inclui mais de 50% de mulheres
- Comunidade quilombola

O componente 1 também contempla estudos especializados para melhorar o conhecimento das lacunas de renda de mulheres e comunidades quilombolas, estudos de mercado, alternativas produtivas e tecnológicas, entre outros.

Finalmente, foi incluído um indicador de gênero de “porcentagem de financiamento em planos de negócios que beneficiam diretamente a mulheres”. O valor de referência utilizado (19,8%) corresponde ao financiamento (média anual no período 2017-2021) que o PRONAF destina às mulheres. Um valor alvo de 29,7% foi estabelecido para a operação, o que representa 50% mais alto do que a linha de base.